

À GUISA DE INTRODUÇÃO

O regime processual dos incidentes em geral suscita inúmeras questões no plano da sua interpretação e aplicação, designadamente na prática do foro.

A complexidade cada vez maior das relações económicas, a crescente interconexão entre elas, a amplitude objetiva e subjetiva dos eventos infortunisticos causadores de danos, além do mais, refletem-se cada vez mais nos processos, gerando a multiplicação dos incidentes.

A reforma do Código de Processo Civil que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 1997 alterou a disciplina de alguns dos incidentes da instância, o que nos motivou à publicação, em setembro de 1999, da primeira edição deste livro, baseado essencialmente na nossa prática nos tribunais.

No decurso do tempo, seguiram-se diversas alterações da lei relativa a estes incidentes, designadamente, os Decretos-Leis nºs 303/2007, de 24 de agosto, e 34/2008, de 26 de fevereiro, o Código de Processo Civil de 2013, a Lei da Organização do Sistema Judiciário, o seu Regulamento, o Decreto-Lei nº 97/2019, de 26 de julho, e a Lei nº 67/2019, de 27 de agosto.

Na sequência das referidas alterações da lei, à medida da exaustão de cada uma das edições, fomos sucessivamente publicando novas edições, a última em meados de 2020. Esgotada esta, decidimos fazer e publicar a décima-segunda edição.

Teve-se em linha de conta a doutrina e a jurisprudência que se tem pronunciado sobre o tema, acrescentou-se o julgado pertinente, clarificaram-se algumas soluções, corrigiu-se o que se justificou e eliminou-se o que se considerou supérfluo.

Continua a ser um trabalho essencialmente prático, centrado sobretudo na jurisprudência, com a menção julgada necessária das opiniões da dou-

trina, a pensar na facilitação da tarefa dos profissionais forenses – magistrados, advogados, solicitadores, agentes de execução, oficiais de justiça – e das próprias partes.

Oxalá a imperfeição que necessariamente caracteriza este modesto trabalho não constitua insuperável obstáculo àquilo que foi o nosso desígnio.

dezembro de 2022

ÍNDICE

À GUIA DE INTRODUÇÃO	5
I. NOÇÃO DE INCIDENTE PROCESSUAL	7
II. INCIDENTES DA INSTÂNCIA	11
1. Generalidades	11
2. Disposições Gerais	12
2.1. Regra geral	12
2.2. Indicação das provas e oposição	13
2.3. Limite do número de testemunhas e registo dos depoimentos	15
2.4. Alegações orais e decisão	17
3. Verificação do valor da causa	19
3.1. Atribuição de valor à causa e sua influência	19
3.2. Critérios gerais para a fixação do valor	22
3.3. Critérios especiais	27
3.4. Momento a que se atende para a determinação do valor	31
3.5. Valor da ação no caso de prestações vincendas e periódicas	38
3.6. Valor da ação determinado pelo valor do ato jurídico	40
3.7. Valor da ação determinado pelo valor da coisa	42
3.8. Valor das ações sobre o estado das pessoas ou sobre interesses imateriais ou difusos	46
3.9. Valor dos incidentes e dos procedimentos cautelares	49
3.10. Poderes das partes quanto à indicação do valor	53
3.11. Fixação do valor	56
3.12. Valor dos incidentes	60
3.13. Determinação do valor quando não sejam suficientes a vontade das partes e o poder do juiz	63
3.14. Fixação do valor por meio de arbitramento	64
3.15. Consequências da decisão do incidente do valor	65

4.	Intervenção de terceiros	68
4.1.	Generalidades	68
5.	Intervenção principal espontânea	71
5.1.	Intervenção de litisconsorte	71
5.2.	Posição do interveniente	74
5.3.	Intervenção por mera adesão	75
5.4.	Intervenção mediante articulado próprio	78
5.5.	Processamento subsequente	80
6.	Intervenção Principal Provocada	82
6.1.	Generalidades	82
6.2.	Âmbito	83
6.3.	Efetivação do direito de regresso	89
6.4.	Oportunidade do chamamento	91
6.5.	Termos em que se processa	94
6.6.	Valor da sentença quanto ao chamado	97
7.	Intervenção acessória provocada	98
7.1.	Generalidades	98
7.2.	Campo de aplicação	100
7.3.	Dedução do chamamento	104
7.4.	Termos subsequentes	106
7.5.	Tutela dos direitos do autor	111
8.	Intervenção acessória do Ministério Público – Como se processa	112
9.	Assistência	115
9.1.	Generalidades	115
9.2.	Conceito e legitimidade da assistência	116
9.3.	Intervenção e exclusão do assistente	118
9.4.	Posição do assistente – Poderes e deveres gerais	122
9.5.	Posição especial do assistente	126
9.6.	Provas utilizáveis pelo assistente	127
9.7.	A assistência e a confissão, desistência ou transação	128
9.8.	Valor da sentença quanto ao assistente	129
10.	Incidente de oposição	132
10.1.	Generalidades	132
10.2.	Conceito de oposição espontânea – Até quando pode admitir-se	135
10.3.	Dedução da oposição espontânea	137
10.4.	Posição do oponente – Marcha do processo	138
10.5.	Marcha do processo após os articulados da oposição	140
10.6.	Atitude das partes quanto à oposição e seu reflexo na estrutura do processo	141
10.7.	Oposição provocada	143

10.8. Citação do opoente	145
10.9. Consequência da inércia do citado	147
10.10. Dedução do pedido por parte do opoente – Marcha ulterior do processo	151
11. Oposição mediante embargos de terceiro	152
11.1. Generalidades	152
11.2. Fundamentos dos embargos de terceiro	155
11.3. Embargos de terceiro por parte dos cônjuges	161
11.4. Dedução dos embargos	164
11.5. Fase introdutória dos embargos	166
11.6. Efeitos da rejeição dos embargos	170
11.7. Efeitos do recebimento dos embargos	172
11.8. Processamento subsequente ao recebimento dos embargos	174
11.9. Caso julgado material	177
11.10. Embargos de terceiro com função preventiva	179
12. Habilitação	181
12.1. Generalidades	181
12.2. Quando tem lugar a habilitação – Quem a pode promover	185
12.3. Regras comuns de processamento do incidente	191
12.4. Processo a seguir no caso de a legitimidade já estar reconhecida em documento ou noutro processo	196
12.5. Habilitação no caso de a legitimidade ainda não estar reconhecida	200
12.6. Habilitação no caso de incerteza de pessoas	208
12.7. Habilitação do adquirente ou cessionário	211
12.7.1. Generalidades	211
12.7.2. Âmbito	214
12.8. Habilitação perante os tribunais superiores	218
13. Liquidação	221
13.1. Generalidades	221
13.2. Ónus de liquidação	224
13.3. Dedução da liquidação	228
13.4. Termos posteriores do incidente	232
13.5. Liquidação por árbitros	239
14. Impugnação de documentos	241
14.1. Generalidades	241
14.2. Impugnação da genuinidade de documentos	245
14.3. Prova	250
14.4. Elisão da autenticidade ou da força probatória de documentos	253
14.5. Arguição pelo apresentante	257
14.6. Resposta	259

14.7. Instrução e julgamento	261
14.8. Processamento como incidente	264
14.9. Falsidade de ato judicial	268
15. Incompetência Relativa	274
15.1. Generalidades	274
15.2. Em que casos se verifica	276
15.3. Regime da arguição	277
15.4. Conhecimento oficioso da incompetência relativa	280
15.5. Instrução e julgamento da exceção	285
15.6. Regime no caso de pluralidade de réus	289
15.7. Tentativa ilícita de desaforamento	290
15.8. Regime da incompetência do tribunal de recurso	292
16. Garantias da imparcialidade	294
16.1. Generalidades	294
16.2. Casos de impedimento do juiz	296
16.3. Dever do juiz impedido	306
16.4. Causas de impedimento nos tribunais coletivos	310
16.5. Normas estatutárias sobre impedimentos de juízes	312
16.6. Consequência jurídica de atos processuais de juízes em situação de impedimento não declarado	313
16.7. Impedimentos do Ministério Público e dos funcionários da secretaria	314
16.8. Impedimentos estatutários dos magistrados do Ministério Público	318
16.9. Pedido de escusa pelo juiz	319
16.10. Fundamento de suspeição	324
16.11. Prazo para a dedução da suspeição	332
16.12. Como se deduz e processa a suspeição	335
16.13. Julgamento da suspeição	337
16.14. Suspeição oposta a juiz da Relação ou do Supremo Tribunal de Justiça	340
16.15. Influência da arguição na marcha do processo	341
16.16. Procedência da escusa ou da suspeição	342
16.17. Suspeição oposta a funcionários da secretaria	343
16.18. Contagem do prazo para a dedução	344
16.19. Processamento do incidente	346
BIBLIOGRAFIA	349
ÍNDICE IDEOGRÁFICO	353